Editor: Carlos Alexandre de Souza
carlosalexandre.df@dabr.com.br
3214-1292 / 1104 (Brasil/Política)

CONTAS PÚBLICAS

Câmara aprova ajuste fiscal do governo

Por 353 votos a favor e 128 contrários, projeto recebe aval dos deputados. Texto sofre resistência, inclusive, na base governista

» LUÍZA ALTOÉ

Vinicius Loures / Câmara dos Deputados



Em um movimento para pressionar os deputados a comparecerem à sessão, Motta anunciou que a votação teria efeito administrativo

Em uma vitória do governo Lula, o plenário da Câmara aprovou o projeto de lei complementar (PLP) com propostas de ajuste fiscal das contas públicas. Foram 353 votos a favor e 128 contrários — e houve cinco abstenções. Agora a matéria segue para a sanção presidencial. O texto é prioritário para o Planalto, que espera uma melhora de até R$ 50 bilhões no Orçamento de 2027.

A importância do projeto foi reforçada pelo ministro da Secretaria de Relações Institucionais, José Guimarães, antes da votação. "O ministro do Planejamento vai anunciar o contingenciamento (nesta terça). Se não votar isso, vai disparar tudo e vai precisar de um contingenciamento muito maior", afirmou a jornalistas.

Desde a aprovação do texto no Senado, o relator na Câmara — Mauro Benevides (União-CE) — e a base governista atuaram para que a matéria recebesse o aval dos deputados sem alterações. Isso porque, caso houvesse mudanças, sua tramitação seria prolongada, tendo de retornar ao Senado para nova apreciação.

"Consideramos meritório e oportuno o projeto ora examinado, tendo em vista que seu propósito é acelerar a consolidação fiscal em curso e reforçar a capacidade do setor público de assegurar o cumprimento das metas de resultado primário e a trajetória sustentável da dívida pública", avaliou o relator.

Em um movimento para pressionar os deputados a comparecerem à sessão, o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), anunciou que a votação teria efeito administrativo. A apreciação enfrentou posicionamento críticas de partidos da oposição, mas também de legendas da base governista. O ministro do Planejamento e Orçamento, Bruno Moretti, atuou na articulação para reduzir a resistência da matéria entre siglas aliadas do governo.

Na semana passada, Moretti tratou do assunto com a bancada do PT e, ontem, com a bancada do PCdoB e do PSol. Eles discursaram contra a matéria e entenderam que ela poderia envolver outras reformas mais amplas, como a questão da alta taxa de juros. A Federação PSol-Rede anunciou obstrução durante a votação do requerimento de urgência — para ir diretor ao plenário sem passar pela análise das comissões permanentes — e do PLP.

As cinco abstenções foram de parlamentares do PT e do PSol: Célia Xakriabá (MG), Erika Hilton (SP), Professora Luciene (SP), todas do PSol; e Lindbergh Farias (RJ) e Natália Bonavides (RN), ambos do PT. Outros nove parlamentares do PSol obstruíram.

Após a aprovação do texto-base, os deputados ainda analisariam os sete destaques apresentados pelos deputados para alterar o projeto — a votação não havia terminado até o fechamento desta edição. A oposição insistia nos pontos questionados no Senado e tentava retirar principalmente o trecho que limita a "compensação tributária cruzada". O dispositivo, no entanto, é considerado pelos governistas como o "coração" do PLP, com uma estimativa de aumento da arrecadação entre R$ 12,8 bilhões e R$ 18,3 bilhões.

Contingenciamento

O projeto possibilita que o crescimento das despesas primárias seja limitado a 2% ao ano, a partir de 2027, mediante contingenciamento. O teto atual, segundo o arcabouço fiscal, é de 2,5%. O gatilho seria acionado caso o resultado primário previsto pelo governo ao longo do ano caísse abaixo do piso da meta fiscal.

O PLP também amplia, com exceções, de 10% para 20%, a redução de benefícios fiscais implementados em setores estratégicos. O texto ainda estabelece o prazo de 60 dias — contados da publicação da lei — para que o Congresso defina limites aos supersalários do funcionalismo público.

A matéria ainda altera a Lei Kandir para, entre 2027 e 2030, reduzir de R$ 4 bilhões para R$ 2 bilhões os repasses da União a estados e municípios, com a recomposição linear sendo paga entre 2028 e 2030. No sentido contrário de ajustes fiscais, o texto autoriza, no Orçamento de 2026, que R$ 10,5 bilhões da subvenção do diesel sejam desconsiderados do cálculo da meta.

Além disso, o projeto veda que a receita obtida com o imposto de exportação do petróleo seja contabilizada na Receita Corrente Líquida (RCL) para fins de cálculo das despesas mínimas. A medida pode interferir, por exemplo, nos gastos com a saúde, que tem o piso constitucional calculado com base na RCL.

Entre os exercícios de 2027 e 2030, o projeto também limita a R$ 3 bilhões ao ano a compensação previdenciária, ou seja, o valor que a União paga aos regimes próprios de previdência de estados e municípios.

De acordo com o PLP, os repasses anuais do Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF) continuam sendo corrigidos pela variação da RCL da União, inclusive em 2027. A medida evita que o fundo perca cerca de R$ 1,8 bilhão do seu orçamento para o próximo ano.

> **Consideramos meritório e oportuno o projeto, tendo em vista que seu propósito é acelerar a consolidação fiscal em curso e reforçar a capacidade do setor público de assegurar o cumprimento das metas de resultado primário e a trajetória sustentável da dívida pública"**
>
> ***Mauro Benevides (União-CE),*** *relator*

Leia previsões para a economia na página 8

Galípolo: conciliar benefícios e rever regras fiscais

» PEDRO JOSÉ BORGES

O presidente do Banco Central (BC), Gabriel Galípolo, afirmou que não há discussões dentro do governo sobre mudanças na meta de inflação. Segundo ele, a Autoridade Monetária mantém o compromisso de perseguir a meta de 3% ao ano, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual.

"Dentro do governo não há qualquer tipo de debate sobre mudança de meta, mudança do sistema. Zero", afirmou, durante o 17º Itaú BBA Macro Vision 2026. "Não vejo nenhum tipo de debate dentro do governo ou alguém comentando sobre isso."

Galípolo também abordou o cenário fiscal e seus efeitos sobre as expectativas do mercado. Segundo ele, a incerteza em relação às contas públicas influencia o prêmio de risco exigido pelos investidores e pode alterar as projeções econômicas. "Com essa incerteza fiscal, muda muito o que vai ser exigido de prêmio, quais vão ser os impactos de expectativa", frisou.

O chefe do BC disse ser possível conciliar a manutenção de programas e benefícios sociais com a revisão de regras e processos fiscais. "No meio do caminho tem uma série de coisas que dá para a gente fazer, que atendem completamente o que foi eleito democraticamente. É possível preservar programas, benefícios, para aquelas pessoas que precisam realmente e, simultaneamente, revisitar processos e gatilhos de regras que nós temos, que tragam um mix mais harmonioso que produza menos tensão entre as políticas econômicas", ressaltou.

Ao comentar a condução da política monetária, Galípolo afirmou que o BC tem condições de observar os movimentos do mercado antes de tomar novas decisões. Segundo ele, a postura adotada anteriormente pela instituição permite aguardar informações sobre as fontes de volatilidade no cenário doméstico e internacional.

"O conservadorismo que a gente teve antes nos colocou numa posição mais bem defendida para que a gente possa ganhar tempo, analisar o que vai acontecer, em especial aquilo que são as fontes dessa volatilidade, dessa incerteza", afirmou.

Ele também ponderou ser necessário distinguir movimentos passageiros de mudanças efetivas no cenário econômico. "Num nível de volatilidade de movimento desse, você precisa aprender o que é ruído e o que é informação de verdade."

Galípolo destacou, ainda, que não considera adequado antecipar orientações sobre os próximos passos da política monetária em um ambiente de incertezas. "Hoje, para o Banco Central oferecer qualquer tipo de guidance sobre o que ele fará num ambiente de incertezas domésticas e externas, acho que é contraproducente", destacou.

Apesar da cautela sobre os próximos movimentos, ele reiterou que a função de reação da autoridade monetária não mudou. "Está muito claro que, se só couber um mandato, o mandato é estabilidade de preços", enfatizou.

Galípolo também comentou os possíveis efeitos da reforma tributária sobre os preços. Segundo ele, a definição da alíquota ainda é necessária para que o Banco Central avalie os impactos da mudança sobre a economia e a inflação.

"Precisamos entender qual vai ser a alíquota, que ainda está em debate. Estamos aguardando para entender e ir ponderando: entender em que economia que ela vai chegar, em que momento do ciclo que ela vai chegar e qual é a capacidade de passagem para preço a partir do momento que a gente vai estar", argumentou.

Carlos Vieira/ CB D.A Press



Não há debate no governo sobre mudar meta de inflação, diz Galípolo

> **É possível preservar programas, benefícios, para aquelas pessoas que precisam realmente e, simultaneamente, revisitar processos e gatilhos de regras que nós temos, que tragam um mix mais harmonioso que produza menos tensão entre as políticas econômicas"**
>
> ***Gabriel Galípolo,*** *presidente do Banco Central*